

A.I. N.º - 921230-2/01
AUTUADO - JEAN DA SILVA MARQUES
AUTUANTE - EDIJALMA FERREIRA DOS SANTOS
ORIGEM - INFAZ JEQUIÉ
INTERNET - 02/04/2002

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N.º 0081-03/02

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE EMISSÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL CORRESPONDENTE. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. Imputação não elidida. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 27/11/01, refere-se a aplicação de penalidade pela falta de emissão de notas fiscais de saída de mercadorias nas vendas a consumidor, exigindo-se a multa no valor de R\$ 600,00, disposta no artigo 42, inciso XIV-A, “a”, da Lei nº 7.014/96, com redação dada pela Lei nº 7.753/00.

O autuado apresentou impugnação alegando que o preposto fiscal, em nenhum momento, flagrou vendas de mercadorias sem a devida emissão de notas fiscais. Anexa declaração de duas pessoas com o intuito de comprovar sua alegação. Aduz que o talonário foi entregue ao autuante no momento em que foi solicitado. Ao final, dizendo que nenhum levantamento foi realizado, solicita a improcedência da autuação.

O autuante, em informação fiscal, mantém o Auto de Infração dizendo que o Termo de Auditoria de Caixa (fl. 04) é suficiente para comprovar a venda de mercadorias sem a emissão de documento fiscal. Relata que constatou que um funcionário da empresa totalizava os valores das mercadorias vendidas em máquinas calculadoras eletrônicas, até o momento do flagrante fiscal, quando nenhuma nota fiscal havia sido emitida. Ao final, ressaltando a importância do cumprimento das obrigações acessórias no sentido de salvaguardar o interesse da Fazenda Pública, pede a procedência da autuação.

VOTO

Diante dos elementos constitutivos do presente PAF, entendo que ficou caracterizado que o contribuinte realizou operações de vendas sem a emissão da documentação fiscal correspondente.

Considero que o Termo de Auditoria de Caixa, anexado aos autos à fl. 04, com a assinatura do próprio autuado, onde ficou constada diferença positiva no valor de R\$ 179,73, serve como prova do cometimento da infração, conforme entendimento já pacificado neste CONSEF.

A peça defensiva nega o cometimento da infração, porém não apresentou nenhum elemento que pudesse contrapor a prova trazida aos autos pelo autuante, inclusive as declarações anexadas pelo

impugnante, não servem como comprovação de suas alegações. Pelo que dispõe o art. 143, do RPAF/99, a simples negativa do cometimento da infração não desonera o sujeito passivo de elidir a presunção de legitimidade da autuação fiscal.

Os artigos 142, VII e 220, I, do RICMS/97, determinam que é obrigação do contribuinte entregar ao adquirente, ainda que não solicitado, o documento fiscal correspondente às mercadorias cuja saída efetuar, devendo a Nota Fiscal ser emitida antes de iniciada a saída das mercadorias.

Vale ressaltar, que na presente situação, o autuante deveria, ainda, ter solicitado que o autuado emitisse nota fiscal com o valor da diferença apurada na auditoria de caixa.

Do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **921230-2/01**, lavrado contra **JEAN DA SILVA MARQUES**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa de **R\$600,00**, prevista no art. 42, inciso XIV-A, “a”, da Lei nº 7.014/96, com redação dada pela Lei nº 7.753/00.

Sala das Sessões do CONSEF, 18 de março de 2002.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - RELATOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - JULGADORA